EXAME DE DIREITO DO URBANISMO

TURMA A – 2024/2025

REGÊNCIA: PROF. DOUTOR DOMINGOS FARINHO

EQUIPA: MESTRE DIOGO CALADO

GRUPO I

Sendo aprovado um Programa Nacional de Regadios, que implica a necessidade de reservar solos em diversos Municípios para a passagem de canais de irrigação, imagine que sendo jurista do Município de Castro Verde, que é uma das autarquias contempladas no Programa Nacional com áreas de reserva de solo para canais, o Presidente da Câmara Municipal pergunta-lhe se exista alguma consequência ao nível municipal que deva ser acautelada.

1. O que responderia ao Presidente da Câmara Municipal **(5 valores)**

- a) A possibilidade de reserva de solos como instrumento de intervenção no território, nos termos do artigo 18.º da Lei de Bases;*
- b) A reserva de solos como mecanismos que deve ser previsto em planos territoriais nos termos do artigo 154.º do RJIGT*
- c) Consequências legais da reserva de terrenos para irrigação: a articulação entre um Programa Nacional e os planos urbanísticos municipais como o PDM de Castro Verde*
- d) Qualificação do Programa Nacional de Regadios no âmbito dos programas de ordenamento do território: programa especial ou setorial? Programa setorial*
- e) A necessidade de alteração do PDM por adaptação, de modo a dar cumprimento a reserva de solos nos termos do artigo 154.º do RJIGT.*

Catarina tem em construção uma casa no município de Castro Verde, tendo sido notificada em 06.06.2024 de que a sua obra foi embargada, uma vez que um dos projetos de especialidade submetido no âmbito do procedimento de licenciamento não cumpre as regras técnicas aplicáveis.

2. Como advogado de Catarina o que lhe proponha que fosse feito? **(5 valores)**

- a) *Indicação dos fundamentos do embargo nos termos do artigo 10.º2-B do RJUE;*
- b) *Distinção entre os fundamentos do embargo e a impossibilidade de fiscalização técnica da obra, nos termos do artigo 20.º/8 do RJUE;*
- c) *Possibilidade de apresentar reclamação quanto ao embargo;*
- d) *Consequências de não ter havido audiência prévia.*

Na pendência da análise da questão anterior, o prazo de execução das obras aproxima-se do seu fim, apresentando Catarina um pedido de prorrogação ao Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde.

3. Não tendo Catarina obtido até à data de hoje qualquer resposta da Câmara Municipal, como advogado o que lhe proporia? **(5 valores)**

- a) *O regime de prorrogação de prazo de execução de obras do artigo 58.º/2 do RJUE*
- b) *A formação de deferimento tácito*
- c) *A discussão sobre a necessidade de obter o certificado na plataforma eletrónica e qual o seu efeito jurídico sobre a possibilidade de serem retomadas as obras*
- d) *[...]*

GRUPO II

Indique quem pode ser entidade gestora de reabilitação urbana e explique quais os modos através dos quais estas entidades podem executar operações de reabilitação urbana **(5 valores)**

- a) *Quanto à natureza: artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;*
- b) *Quanto aos sistemas de execução: artigos 39.º a 43.º;*
- c) *Importância de distinguir formas de execução direta de indireta como as concessões de reabilitação urbana e os contratos de reabilitação urbana;*
- d) *[...]*